



Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista de Controle
Área Jurídica**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Perspectiva de Montesquieu

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
 - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
 - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
 - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
 - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
 - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
 - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
-
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
-
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
-
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
-
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
-
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
 - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
 - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
 - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
 - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
 - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
 - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
 - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
 - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
 - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
 - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
 - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
 - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
 - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
 - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
 - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
 - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
 - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
 - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
 - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
 - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
 - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
 - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
 - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
-
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
 - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
 - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
 - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
 - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
-
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
 - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
 - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
 - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
 - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
-
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
 - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
 - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
 - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
-
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
 - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
 - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
 - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
 - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
 - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
 - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
 - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
-
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
 - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
 - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
 - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
 - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
-

Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
 - (B) primo.
 - (C) divisível por 3.
 - (D) múltiplo de 4.
 - (E) quadrado perfeito.
-
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
 - (B) 38%.
 - (C) 52%.
 - (D) 68%.
 - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:
- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
 - II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
 - III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
 - IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
 - (B) não é competente, então ele é violento.
 - (C) é violento, então ele não tem esperanças.
 - (D) não é prudente, então ele é violento.
 - (E) não é violento, então ele não é competente.
-
28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é
- (A) 55 minutos.
 - (B) 53 minutos.
 - (C) 50 minutos.
 - (D) 45 minutos.
 - (E) 42 minutos.

Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
 - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
 - (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
 - (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
 - (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
-
30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre
- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
 - (B) o cumprimento de metas.
 - (C) editais de licitação por ela elaborados.
 - (D) a proposta orçamentária.
 - (E) convênios entre o Estado e os Municípios.

-
31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por
- (A) três Conselheiros.
 - (B) cinco Conselheiros.
 - (C) sete Conselheiros.
 - (D) nove Conselheiros.
 - (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
 - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
 - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
 - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
 - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
-
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
 - (B) responsabilidade subsidiária.
 - (C) responsabilidade solidária.
 - (D) exoneração.
 - (E) suspensão.
-
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
 - (B) título executivo.
 - (C) precatório.
 - (D) sentença normativa.
 - (E) título judicial.
-
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
-
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
 - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
 - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
-
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
 - (B) partido político.
 - (C) qualquer associação.
 - (D) sindicato.
 - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.



38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
 - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
 - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
 - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
 - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
 - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
 - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
 - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
 - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
-
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
 - (B) análise de risco.
 - (C) estudo de caso.
 - (D) evidenciação.
 - (E) seleção de programa de trabalho.
-
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
 - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
 - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
 - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
 - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
-
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
 - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
 - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
 - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
 - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
-
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
 - (B) sem especificações.
 - (C) extroverso.
 - (D) finalístico.
 - (E) sem ressalva.
-
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
 - (B) prudência.
 - (C) razoabilidade.
 - (D) oportunidade.
 - (E) competência.



Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

51. Quando a interpretação de uma Constituição escrita se altera em decorrência da mudança dos valores e do modo de compreensão de uma sociedade, mesmo sem qualquer alteração formalmente realizada, no texto constitucional, pelo Poder Constituinte Derivado Reformador, está-se diante de uma
- (A) interpretação histórica.
 - (B) integração normativa.
 - (C) desconstitucionalização.
 - (D) mutação constitucional.
 - (E) hermenêutica geracional.
-
52. Em matéria de colisão de direitos fundamentais, a aplicação do princípio da proporcionalidade pressupõe, entre outros elementos, que a restrição ao exercício de um direito fundamental somente ocorra se não houver outro meio menos gravoso e igualmente eficiente para a solução da colisão. O elemento do princípio da proporcionalidade ao qual o texto se refere é o da
- (A) necessidade.
 - (B) adequação.
 - (C) eficácia.
 - (D) proporcionalidade em sentido estrito.
 - (E) vedação do retrocesso.
-
53. Como consequência do regime constitucional adotado, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,
- (A) não podem ser objeto de controle de constitucionalidade concentrado, mas apenas de controle difuso, na medida em que, se afrontarem a Constituição, suscitarão questões relacionadas à sua recepção e não propriamente à sua constitucionalidade.
 - (B) ingressam no ordenamento jurídico brasileiro com natureza de cláusulas pétreas e, por isso, não poderão ser objeto de controle de constitucionalidade.
 - (C) equiparam-se à manifestação do Poder Constituinte Derivado Reformador, razão pela qual só poderão ser questionados quanto à sua constitucionalidade por meio de um poder discricionário de natureza política do Executivo ou do Legislativo.
 - (D) estão sujeitos a um prazo, contido no próprio texto do tratado ou da convenção, para que possam ser objeto de ações de controle de constitucionalidade. Findo esse prazo, não mais poderão ser questionados pela via judicial.
 - (E) adquirem *status* de emenda constitucional e podem ser objeto de controle de constitucionalidade tanto pela via difusa quanto pela via concentrada.
-
54. João necessita, com urgência, de uma certidão pública com informações sobre o montante de uma dívida tributária em face do fisco estadual para juntar em um processo judicial. Dirigiu-se à repartição pública competente para solicitá-la, mas foi informado, por funcionário local, de que a repartição estava em reforma e, por esse motivo, a certidão só poderia ser expedida em um prazo mínimo de dois meses. Em face da urgência de João, o remédio constitucional adequado para proteger seus direitos é
- (A) o *habeas data*.
 - (B) a ação popular.
 - (C) o mandado de segurança.
 - (D) o mandado de injunção.
 - (E) a ação civil pública.
-
55. Conforme a estrutura do Federalismo brasileiro, é correto afirmar, em relação à competência para legislar sobre direito financeiro, que
- (A) é competência comum, que será regulada por leis complementares, a fim de que sejam fixadas normas para a cooperação entre as unidades federativas, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
 - (B) é competência comum a todos os entes da Federação, limitando-se a União a estabelecer normas gerais sobre a matéria.
 - (C) o direito financeiro se inclui na competência remanescente dos Estados-Membros, pelo fato de exigir regulação específica que considere as peculiaridades regionais, fruto do federalismo assimétrico brasileiro.
 - (D) o direito financeiro é de competência privativa da União, por estar relacionado a questões estratégicas de soberania nacional.
 - (E) é competência concorrente, na qual a União deve se limitar a estabelecer apenas normas gerais sobre o assunto, sem excluir a competência suplementar dos Estados-Membros.



56. Em relação às imunidades parlamentares, a Constituição Federal estabelece que
- (A) a prerrogativa dos Deputados e Senadores não serem violados civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos, no exercício da função, é denominada imunidade material.
 - (B) as imunidades de Deputados e Senadores são automaticamente restringidas durante a intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio.
 - (C) as imunidades formais e materiais de Deputados e Senadores somente podem ser alegadas no exercício da função e no recinto do Congresso Nacional.
 - (D) a impossibilidade de Deputados e Senadores serem presos, desde a expedição do diploma, salvo em flagrante de crime inafiançável, é um desmembramento da imunidade material.
 - (E) a instauração de processo contra Deputados e Senadores, pelo Supremo Tribunal Federal, depende de autorização prévia da Casa à qual pertence o parlamentar.
-
57. Considere a seguinte Ementa: *Intervenção federal. Representação do Procurador-Geral da República. Distrito Federal. Alegação da existência de largo esquema de corrupção. Envolvimento do ex-governador, deputados distritais e suplentes. Comprometimento das funções governamentais no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo. Fatos graves objeto de inquérito em curso no Superior Tribunal de Justiça. Ofensa aos princípios inscritos no art. 34, inc. VII, "a", da CF. Adoção, porém, pelas autoridades competentes, de providências legais eficazes para debelar a crise institucional. Situação histórica consequentemente superada à data do julgamento. Desnecessidade reconhecida à intervenção, enquanto medida extrema e excepcional. Pedido julgado improcedente.* A análise da referida ementa leva à conclusão de que se trata de uma
- (A) intervenção federal espontânea, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) intervenção federal espontânea, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) ação direta de inconstitucionalidade interventiva, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, por afronta a princípios sensíveis da Constituição.
 - (D) ação direta de inconstitucionalidade interventiva, julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, por afronta a princípios sensíveis da Constituição.
 - (E) intervenção federal decorrente de ação de excoatoriedade de decisão judicial, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, por descumprimento de ordem judicial.
-
58. A Câmara dos Deputados decide instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar suposto desvio de verbas públicas. Ao iniciar seus trabalhos, solicita a oitiva de acusados e testemunhas, decreta a indisponibilidade de bens de um determinado Ministro de Estado e solicita às empresas de telefonia a lista dos números de telefones para os quais o referido Ministro teria entrado em contato no período sob investigação. Em relação às prerrogativas da CPI, é correto afirmar:
- (A) A Câmara dos Deputados não pode, isoladamente, formar uma CPI, já que, pela dimensão da tarefa investigativa que realiza, precisa atuar em conjunto com o Senado Federal.
 - (B) Para assegurar eficiência no andamento de suas investigações, a CPI tem poderes para decretar a indisponibilidade de bens de acusados, independentemente de ordem judicial.
 - (C) Caso a CPI apure que há responsabilidades civis e penais do Ministro de Estado, poderá aplicar-lhe a pena de perdimento de bens e a inabilitação para o exercício de função pública por oito anos.
 - (D) A CPI tem poderes para solicitar a quebra do sigilo dos dados telefônicos do acusado, diretamente às empresas de telefonia, independentemente de ordem judicial, por essa medida afetar apenas o sigilo de dados, e não propriamente o sigilo das comunicações telefônicas.
 - (E) Ministros de Estado não podem ser investigados por CPI, por ocuparem cargo público notório no Poder Executivo, situação que afrontaria o princípio da separação de poderes.
-
59. Em relação ao regime constitucional das medidas provisórias, é correto afirmar:
- (A) Medida provisória rejeitada somente poderá ser reeditada, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) A análise dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância das medidas provisórias é matéria de discricionariedade política e, dessa forma, não pode ser objeto de análise do Poder Judiciário, salvo manifesto desvio de finalidade ou abuso do poder de legislar.
 - (C) Medida provisória que implique instituição ou majoração de tributos e contribuições sociais só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
 - (D) Caberá a uma comissão de Deputados examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
 - (E) Matéria relacionada a direito penal, civil, processual penal e processual civil não pode ser objeto de medida provisória.



60. Sobre a política urbana, a Constituição estabelece que
- (A) a política de desenvolvimento urbano, executada pela União, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
 - (B) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - (C) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
 - (D) o plano diretor, obrigatório para todas as cidades, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (E) é vedada a usucapião de imóveis públicos, salvo no caso de imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizados por famílias de baixa renda como moradia, por cinco anos, sem interrupção e sem oposição.

Direito Administrativo

61. A participação de consórcios, em licitações regidas pela Lei nº 8.666/93,
- (A) é sempre admissível, respondendo os consorciados apenas pelas obrigações assumidas no limite da participação no respectivo consórcio.
 - (B) pode ser admitida apenas na fase de licitação, havendo a obrigatoriedade de o consórcio vencedor constituir sociedade de propósito específico para assinatura do contrato.
 - (C) pode ser admitida em qualquer modalidade licitatória, obrigando todos os consorciados solidariamente.
 - (D) pode ser admitida somente na modalidade concorrência pública, permitindo a majoração das exigências de habilitação em até 30%.
 - (E) é admissível somente em licitações de alta complexidade ou grande vulto e não gera solidariedade para os consorciados.
-
62. O Estado e determinada fundação pública pretendem somar esforços para a realização de finalidade comum, com a alocação de recursos financeiros pelo Estado para custear projeto e de pessoal especializado pela Fundação. Diante desse cenário,
- (A) poderão firmar convênio, desde que precedido de licitação.
 - (B) deverão firmar contrato, podendo dispensar a licitação desde que a Fundação obtenha a qualificação de OSCIP.
 - (C) não poderão firmar convênio, tendo em vista os efeitos financeiros, estando obrigadas a celebrar contrato de gestão.
 - (D) poderão firmar convênio, independentemente de licitação, vedando-se, contudo, o estabelecimento de remuneração à Fundação.
 - (E) poderão firmar convênio, admitindo-se a remuneração da Fundação na hipótese de atuar como gestora da avença.
-
63. No curso de contrato de concessão de serviços públicos, sobreveio a majoração de imposto incidente sobre o faturamento da concessionária em relação à alíquota vigente no momento da licitação. Diante desse cenário, a concessionária
- (A) possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face da ocorrência de fato do príncipe.
 - (B) não possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, dado que a concessão pressupõe a exploração do serviço por conta e risco da concessionária.
 - (C) possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato apenas se comprovar que a majoração afeta a taxa interna de retorno (TIR) do projeto, caracterizando álea econômica extraordinária.
 - (D) possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro apenas se a majoração decorrer de ato do poder concedente, caracterizando fato da administração.
 - (E) possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro apenas se houver expressa previsão no edital e contrato de concessão, exonerando a concessionária do risco fiscal.

-
64. O tombamento de bens de valor histórico ou artístico
- (A) assegura ao privado direito à indenização pelas restrições ao uso impostas, quando definitivo.
 - (B) pode alcançar bens privados ou públicos, não podendo recair sobre bens que pertençam a representações diplomáticas ou consulares.
 - (C) alcança apenas bens privados, podendo ser parcial, decretado mediante procedimento administrativo, ou total, neste caso apenas por decisão judicial.
 - (D) gera para o proprietário privado obrigações de fazer, como de conservação, e a inalienabilidade do bem.
 - (E) é sempre compulsório, ou de ofício, quando se tratar de bem privado e voluntário quando se tratar de bem público.



65. O regime jurídico a que se submetem as autarquias
- (A) determina a sua criação por lei, com as mesmas prerrogativas e sujeições das pessoas públicas administrativas, exceto no que diz respeito ao regime de execução processual.
 - (B) é o mesmo da Administração direta, com prerrogativas e sujeições próprias das pessoas públicas políticas.
 - (C) determina a sua criação por lei, com poder de auto-administração, desvinculada da tutela do ente instituidor.
 - (D) é o mesmo das demais entidades da Administração indireta, sujeitando-a ao regime público apenas em matéria tributária.
 - (E) determina a sua criação por lei e assegura a impenhorabilidade de seus bens e imunidade tributária, submetendo-a à tutela do ente instituidor.
-
66. De acordo com a Constituição Federal, a decisão do Tribunal de Contas que concluir pela ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas
- (A) aplicará aos responsáveis as penalidades previstas na legislação de improbidade administrativa, inclusive a perda de cargo ou função pública.
 - (B) dependerá, para sua eficácia, de homologação pelo Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa, conforme o caso.
 - (C) aplicará aos responsáveis, entre outras sanções previstas em lei, multa proporcional ao dano causado ao erário, a qual possui eficácia de título executivo.
 - (D) condenará os responsáveis à devolução dos valores auferidos ilícitamente, bem como aplicará multa cominatória, dependendo, para sua eficácia, de aforamento de ação de improbidade pelo Ministério Público.
 - (E) aplicará aos responsáveis as sanções previstas em lei, que incluem a perda dos valores auferidos ilícitamente, multa cominatória, estas com eficácia imediata, e perda do cargo ou função pública, esta sujeita à homologação judicial.
-
67. No curso de contrato de concessão de serviços públicos, a concessionária passou a prestar os serviços de maneira deficiente, deixando de atender às normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços. Diante deste cenário, o poder concedente
- (A) está autorizado a proceder à encampação do serviço, independentemente de prévia autorização legislativa.
 - (B) poderá decretar a caducidade da concessão, precedida de processo administrativo para verificação da inadimplência da concessionária, assegurado o direito de ampla defesa.
 - (C) poderá decretar a caducidade da concessão, condicionada ao prévio procedimento de intervenção e quando deste não resultar a regularização da prestação dos serviços.
 - (D) deverá aplicar as multas previstas no contrato de concessão, podendo declarar a caducidade apenas na hipótese de não pagamento das mesmas pela concessionária.
 - (E) poderá declarar a caducidade da concessão ou proceder à encampação do serviço, em decorrência do inadimplemento da concessionária, mediante prévio procedimento administrativo.
-
68. Constatada a irregularidade na prática de ato concessório de vantagem pecuniária a servidor público, a Administração
- (A) deverá anular o ato, observado o prazo prescricional de 5 anos, contados da data da prática do ato, salvo comprovada má-fé.
 - (B) poderá revogar ou convalidar o ato, a depender da natureza do vício identificado.
 - (C) aplicará as sanções disciplinares cabíveis mas não poderá anular o ato, em face da garantia de irredutibilidade de vencimentos do servidor.
 - (D) poderá anular o ato somente se comprovar que o beneficiário concorreu para a prática do mesmo, observado o prazo prescricional de 5 anos.
 - (E) poderá anular o ato somente mediante o aforamento de ação judicial específica.
-
69. Os meios de atuação da Administração no exercício do poder de polícia compreendem
- (A) as atuações repressivas, apenas, dotadas de coercibilidade, nos limites da lei, relativamente a ilícitos penais e administrativos.
 - (B) os atos preventivos e fiscalizadores, apenas, cabendo exclusivamente à polícia judiciária a prática de atos repressivos dotados de coercibilidade.
 - (C) as medidas de caráter geral, restritivas de direitos individuais, editadas por meio de atos administrativos, e as medidas de caráter repressivo operacionalizadas por meio de atos normativos.
 - (D) as atividades dotadas de auto-executoriedade e coercibilidade, que impõe aos administrados limitações ao exercício de direitos e as atividades econômicas, prescindindo de previsão legal.
 - (E) os atos normativos que estabelecem limitações ao exercício de direitos e atividades individuais e os atos administrativos consubstanciados em medidas preventivas e repressivas, dotados de coercibilidade.



70. Nas licitações regidas pela Lei nº 8.666/93, a exigência de apresentação, pelos licitantes, de metodologia de execução é admissível
- (A) apenas nas licitações do tipo melhor técnica, para contratação de serviços ou obras de alta complexidade, devendo ser avaliada previamente à fase de habilitação.
 - (B) apenas quando a modalidade adotada for concorrência pública, e será analisada posteriormente à fase de habilitação.
 - (C) apenas nas licitações do tipo melhor técnica ou técnica e preço, admitindo a análise, para fins de aceitação ou não, após o julgamento das propostas técnicas.
 - (D) para contratação de obras, serviços e compras de grande vulto, e será avaliada, para fins de aceitação ou não, por critérios objetivos, antes da análise dos preços.
 - (E) somente para a contratação de obras na modalidade empreitada integral, quando a apresentação de projeto básico ficar a cargo do vencedor do certame.

Direito Civil e Direito Empresarial

71. A condição suspensiva
- (A) suspende a aquisição e o exercício do direito, enquanto o termo inicial suspende o exercício, mas não suspende a aquisição do direito.
 - (B) refere-se a evento futuro e certo, enquanto o termo inicial a evento futuro e incerto.
 - (C) suspende o exercício mas não a aquisição do direito, enquanto o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito.
 - (D) e o termo inicial referem-se a evento futuro e incerto, mas enquanto aquela suspende a aquisição e o exercício do direito, este apenas lhe suspende o exercício.
 - (E) e o termo inicial referem-se a evento futuro e certo, mas enquanto este suspende a aquisição e o exercício de direito, aquela apenas lhe suspende o exercício.

-
72. São, respectivamente, nulos (I) e anuláveis (II) os negócios jurídicos

- (A) realizados em fraude à lei imperativa (I) e os simulados (II).
- (B) nos quais a parte incidir em erro de direito (I) e os em que houver lesão (II).
- (C) simulados (I) e os realizados em fraude contra credores (II).
- (D) em que se verificar lesão (I) e os realizados em estado de perigo (II).
- (E) celebrados com os pródigios (I) e os celebrados com os ébrios habituais (II).

-
73. Interrompe-se a prescrição

- (A) durante a demora que tiverem as repartições públicas no estudo do direito pleiteado pelos particulares.
- (B) pelo casamento entre devedor e a credora.
- (C) se sobrevier incapacidade absoluta ou relativa ao credor.
- (D) durante o período no qual o servidor público estiver trabalhando em país estrangeiro no exercício de seu cargo ou função.
- (E) pelo protesto cambial.

-
74. No tocante à responsabilidade civil:

- I. Há responsabilidade civil objetiva quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- II. O patrão não será responsabilizado pelos danos causados a terceiros por seus empregados no exercício do trabalho, se provar que não teve culpa na escolha ou na vigilância deles.
- III. O direito de exigir reparação de dano e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- IV. O incapaz não responde, em nenhuma hipótese, pelos prejuízos que causar a terceiros, mas seus responsáveis terão ação regressiva contra ele, depois de cessada a causa da incapacidade.
- V. A absolvição do réu, por sentença criminal transitada em julgado, que reconhecer ter sido o ato praticado no exercício regular de direito, isenta-o da responsabilidade civil.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e IV.



75. Os livros e fichas dos empresários e sociedades

- (A) somente fazem prova contra as pessoas a que pertencerem.
- (B) nada provam contra as pessoas a que pertencem, mas provam em seu favor, quando, escriturados sem vícios extrínsecos ou intrínsecos, forem confirmados por outros subsídios.
- (C) provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.
- (D) constituem meio de prova bastante, quando escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, mesmo nos casos em que a lei exige escritura pública.
- (E) só constituem meio de prova nos litígios entre empresários.

76. As companhias de economia mista

- (A) terão personalidade de direito público ou de direito privado, consoante a lei que as instituir.
- (B) não necessitam de Conselho Fiscal permanente, uma vez que se encontram sob fiscalização dos Tribunais de Contas.
- (C) não se sujeitam a quaisquer normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) terão obrigatoriamente Conselho de Administração, assegurado à minoria o direito de eleger pelo menos um dos conselheiros.
- (E) não precisam ter Conselho de Administração, mas é obrigatório o Conselho Fiscal.

Direito Processual Civil

77. Extingue-se o processo com resolução de mérito

- (A) se o autor desistir da ação ou renunciar ao direito pleiteado.
- (B) somente quando o juiz acolher ou rejeitar, total ou parcialmente, o pedido do autor.
- (C) quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- (D) pela convenção de arbitragem.
- (E) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

78. Constitui motivo de suspensão do processo civil

- (A) a falta de interesse de agir verificada no curso do processo.
- (B) a morte ou a interdição de uma das partes.
- (C) a prescrição intercorrente.
- (D) a renúncia ao direito pleiteado formulada pelo autor ou o reconhecimento da procedência do pedido pelo réu.
- (E) somente a perda da capacidade postulatória do representante de qualquer das partes.

79. São requisitos de admissibilidade dos recursos a

- (A) tempestividade, o preparo e o gravame, sem exceção para qualquer recurso.
- (B) tempestividade, o preparo quando exigido por lei e o gravame, ressalvada a inexigibilidade deste nos embargos de declaração.
- (C) tempestividade, salvo quando se tratar de direito indisponível e, para qualquer recurso, o preparo e o gravame.
- (D) nulidade da decisão recorrida, a incompetência do juiz que proferiu a decisão recorrida e o interesse recursal.
- (E) injustiça da decisão recorrida, a tempestividade e o preparo, que só não será exigível quando o recorrente for beneficiário da assistência judiciária.

80. O juiz poderá conceder medidas cautelares que julgar adequadas

- (A) somente depois de ouvida a parte contrária e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.
- (B) apenas quando existir prova inequívoca do direito alegado pela parte e houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (C) desde que elas encontrem previsão específica na lei processual e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para quem as requer.
- (D) quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- (E) sempre que o autor as requerer e o réu, citado, ficar revel.



81. Sobre o mandado de segurança, considere:

- I. Não se admite mandado de segurança preventivo, porque ele é reservado para proteger direito líquido e certo violado por ato de autoridade.
- II. Equiparam-se à autoridade, para responder em ação de mandado de segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas.
- III. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- IV. Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas a ordem só poderá ser pleiteada em litisconsórcio ativo necessário.
- V. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de trinta (30) dias, quando notificado judicialmente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV e V.

82. Se o autor desistir da ação popular,

- (A) o juiz, de ofício, dará andamento ao processo, até a prolação da sentença de mérito.
- (B) fica assegurado apenas ao Ministério Público promover o prosseguimento da ação, enquanto não decorrido o prazo prescricional.
- (C) fica assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo que a lei fixa, promover o prosseguimento da ação.
- (D) o juiz suspenderá o processo, durante o prazo legal de prescrição, aguardando que qualquer cidadão lhe dê andamento, mas, findo aquele prazo, sem que o andamento tenha sido promovido, extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- (E) o juiz indeferirá o pedido de desistência, em virtude de proibição legal.

Direito Previdenciário

83. De acordo com a Lei nº 8.212/91, a organização da Assistência Social obedecerá duas diretrizes, sendo uma delas,

- (A) a participação da população na formulação e no controle das ações em todos os níveis.
- (B) a universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.
- (C) o valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo.
- (D) a preservação do valor real dos benefícios, com aplicação de metas preestabelecidas pelos órgãos de direção competente.
- (E) o funcionamento da previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

84. Equipara-se ao acidente do trabalho, para efeitos da Lei nº 8.213/91, em regra, o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho,

- (A) decorrente de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
- (B) em razão de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- (C) decorrente do ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- (D) em decorrência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- (E) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.



85. A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores,
- (A) incluídas suas autarquias e fundações, poderá ser superior ao dobro da contribuição do servidor ativo.
 - (B) incluídas suas autarquias e fundações, poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (C) incluídas suas autarquias e fundações, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - (D) excluídas suas autarquias e fundações, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - (E) excluídas suas autarquias e fundações, poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
-
86. Segundo a Lei nº 10.887/2004, em regra, aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, falecidos a partir da data de publicação da referida Lei, será concedido o benefício de pensão por morte, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, que será igual a
- (A) 70% dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito.
 - (B) totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, acrescida de 30% da parcela excedente a este limite máximo.
 - (C) 50% dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito.
 - (D) totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, acrescida de 70% da parcela excedente a este limite máximo.
 - (E) 30% dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito.
-
87. De acordo com a Lei Estadual nº 12.398/98, a PARANAPREVIDÊNCIA contará, em sua estrutura administrativa, com Conselho de Administração, como órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior; com Conselho Diretor, como órgão executivo e Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização e controle interno. Em regra, os Diretores do Órgão Executivo serão
- (A) nomeados pelo Presidente do Conselho Diretor, para exercício por um período de 2 anos, podendo ser reconduzidos.
 - (B) designados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 6 anos, podendo ser reconduzidos.
 - (C) designados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 4 anos, vedada a recondução.
 - (D) nomeados pelo Presidente do Conselho Diretor, para exercício por um período de 5 anos, vedada a recondução.
 - (E) nomeados pelo Presidente do Conselho Diretor, para exercício por um período de 5 anos, permitida a recondução.
-
88. De acordo com a Lei Estadual nº 12.398/98, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos à PARANAPREVIDÊNCIA, a emissão de pareceres conclusivos acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas compete ao Diretor
- (A) de Finanças e Patrimônio.
 - (B) de Administração.
 - (C) de Previdência.
 - (D) Jurídico.
 - (E) de Gestão Orçamentária.
-

Direito Financeiro

89. A verificação do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, bem assim a efetivação do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantindo o acesso público às informações, é de competência
- (A) do Congresso Nacional.
 - (B) da Câmara dos Deputados.
 - (C) do Ministério da Fazenda.
 - (D) do Ministério da Justiça.
 - (E) do Banco Central do Brasil.



90. Se o Estado-membro tiver sua dívida consolidada ultrapassando o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que promover sua recondução aos limites. Nesta situação, enquanto perdurar o excesso, o Estado-membro
- (A) não poderá fazer o refinanciamento do principal atualizado da dívida pública mobiliária.
 - (B) poderá realizar operação de crédito interna ou externa.
 - (C) poderá realizar operação de crédito por antecipação de receita.
 - (D) não obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, devendo promover a limitação de empenho.
 - (E) não ficará impedido de receber transferências constitucionais da União, que sejam fruto de repartição de receitas tributativas.
-
91. Sobre o regime constitucional dos precatórios, considere os itens a seguir:
- I. Os débitos de natureza alimentícia dispensam o regime de precatórios se forem classificados por lei como decorrentes de obrigação de pequeno valor.
 - II. Admite-se o fracionamento do precatório cujo titular seja maior de 60 anos de idade ao tempo de sua expedição, para que parcela equivalente ao triplo do valor definido em lei como crédito de pequeno valor seja pago com preferência sobre todos os demais créditos.
 - III. A única hipótese que autoriza o sequestro de quantia respectiva é o preterimento do direito de precedência na ordem de pagamento dos precatórios.
 - IV. Havendo necessidade, será aberto crédito adicional com o fim específico de promover recursos para o pagamento de precatórios, sendo exigido, neste caso, a designação das pessoas que serão beneficiadas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
-
92. Em operação de crédito público com instituição financeira privada, regularmente realizada nos termos constitucionais e legais, exige-se do Estado-membro a concessão de garantia. Essa garantia
- (A) dispensa a emissão de contragarantia por estar devidamente amparada em lei.
 - (B) está condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, bem assim a outras condições legais.
 - (C) dispensa observância de limites fixados por Resolução do Senado Federal por se tratar de operação de crédito realizada pelo Estado-membro.
 - (D) poderá ser concedida como garantia à vinculação de receita tributária proveniente de transferências voluntárias.
 - (E) pode ser oferecida por entidade da administração indireta, desde que com recurso de fundos.
-
93. Em âmbito estadual, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa, enquanto perdurar a situação, será adotada, dentre várias, a seguinte medida:
- (A) limitação de empenhos, como forma de realocar recursos para custear despesas extraordinárias.
 - (B) recondução aos limites da despesa total com pessoal, reduzindo-se o prazo para atingimento da meta a um quadrimestre, obrigatoriamente.
 - (C) recondução aos limites da dívida consolidada no prazo reduzido de um quadrimestre, obrigatoriamente.
 - (D) instituição de empréstimo público compulsório para fazer frente à despesa extraordinária.
 - (E) dispensa do atingimento dos resultados fiscais.
-
94. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, haverá dispensa das exigências legais para renúncia de receita na hipótese de concessão de
- (A) anistia decorrente de calamidade pública.
 - (B) moratória decorrente de calamidade pública.
 - (C) redução de alíquota de ICMS, em plano de desenvolvimento socioeconômico de determinada região.
 - (D) remissão de crédito tributário de montante inferior ao custo de cobrança.
 - (E) isenção em caráter específico.

**Direito Penal**

95. O princípio válido, tratando-se de sucessão de leis penais no tempo, na hipótese de que a norma posterior incrimina fato não previsto na anterior, é o da
- (A) *Abolitio criminis*.
 - (B) Ultratividade.
 - (C) Irretroatividade.
 - (D) Retroatividade.
 - (E) Lei vigente na época no momento da prática de fato punível: *Tempus regit actum*.
-
96. Em relação ao conceito formal e material do crime é correto afirmar:
- (A) Somente no conceito material permite-se um desdobramento do tipo penal em ação ou omissão, tipicidade, ilicitude e culpabilidade.
 - (B) No conceito formal, o delito constitui uma lesão a um bem jurídico penal.
 - (C) O delito, sob a perspectiva material e formal, é punido com pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
 - (D) O conceito de delito formal é o fato humano proibido pela lei penal, e material há lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico-penal.
 - (E) O delito é fato típico e antijurídico e a culpabilidade, para o conceito material, o distingue do conceito formal.
-
97. Tratando-se de culpabilidade, o sistema penal brasileiro adota a regra da responsabilidade subjetiva, que implica
- (A) aferição de causas excludentes de ilicitude.
 - (B) responsabilização penal necessariamente vinculada à presença de dolo ou culpa.
 - (C) responsabilização penal independentemente do dolo ou culpa.
 - (D) avaliação da inexigibilidade de conduta diversa.
 - (E) responsabilização penal observado o critério da territorialidade.
-
98. A diferença entre falsidade material e ideológica de documento é que na falsidade material
- (A) fraudase a forma do documento e na ideológica o conteúdo é falso.
 - (B) fraudase o conteúdo e na ideológica a forma do documento.
 - (C) a conduta é omissiva, e no falso ideológico ela é comissiva.
 - (D) exige-se o dolo e na ideológica aceita-se a culpa.
 - (E) há previsão de aumento especial de pena e na ideológica não.
-
99. Considere os seguintes bens e serviços:
- I. Produzidos no País.
 - II. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
 - III. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e tecnologia no País.
- A Lei nº 8.666/93 (institui normas para licitações e contratos da Administração pública) estabelece que é crime previsto no art. 93 a fraude na apresentação de proposta quanto aos bens e serviços relacionados em
- (A) I, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
100. Na corrupção passiva, crime cometido contra a administração pública, o agente
- (A) patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
 - (B) exige vantagem indevida, ainda que fora da função, mas em razão dela.
 - (C) apropria-se, com violência, de dinheiro ou valor, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
 - (D) retarda, ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa da lei.
 - (E) solicita ou recebe vantagem indevida, ainda que fora da função, mas em razão dela.